

O TRABALHO E SEUS RESULTADOS EM MACHADO DE ASSIS, ALUÍSIO AZEVEDO E GRACILIANO RAMOS: UM ESTUDO COMPARATIVO

João Roberto Maia

Este texto tem caráter provisório por definição: trata-se da exposição de alguns pontos de um projeto de pesquisa. Portanto, é um texto marcadamente inconcluso, não fechado, embrionário, como a solicitar possíveis correções de rumo. O que acabo de dizer não deve ser considerado como mero recurso retórico, porque meu estudo de obras, autores e problemas específicos ainda está em um estágio de desenvolvimento que torna as dúvidas e as imprecisões companheiras bem mais constantes que a segurança quanto ao tratamento crítico consistente do objeto. Para ser franco e se não for pedir muito em razão do que apresentarei, espero que o crivo da leitura crítica constitua uma espécie de teste de viabilidade de meu projeto.

Na introdução de seu livro sobre a crise recente do movimento operário europeu, Alain Bihl registra uma experiência pessoal que me parece sugestiva para iniciar a discussão de algumas questões relativas ao tema deste projeto de investigação. Durante o período de elaboração do livro, quando revelava às pessoas o objeto de suas preocupações intelectuais naquele momento, Bihl notava no semblante da maioria “um ar ao mesmo tempo pensativo e irônico”, ou ouvia, dos mais francos, uma pergunta que não deixava dúvidas quanto à certeza da resposta negativa embutida na própria indagação: “Você acha que isso ainda vale a pena?”. Como sugere este filósofo francês na mesma introdução, o “desinteresse educado” e mesmo a “hostilidade declarada”, suscitados hoje pelos assuntos que remetem à classe trabalhadora, dizem respeito sobretudo ao presente ou à história recente do movimento operário.¹ Apesar disso, a reflexão sobre o operariado e o mundo do trabalho conta com uma respeitável tradição de estudos, a partir do século XIX, em

diferentes áreas do conhecimento e em línguas e países diversos. Anoto que o lugar do trabalho em nossa vida contemporânea é o eixo temático de um debate teórico muito denso que está em curso.² Quanto à seara em que este projeto se insere, a dos estudos literários, creio que não se pode dizer o mesmo.

Tomando como base a produção crítica sobre literatura brasileira, que conheço melhor, posso afirmar que o tema do trabalho e os modos como se representam os trabalhadores, nos séculos XIX e XX, estão longe de constituir problema privilegiado entre os que se ocupam dos textos literários. Mesmo em países como França e Inglaterra, onde há um significativo conjunto de obras inseridas na tradição literária cujo foco está no operariado, trata-se, na maioria dos casos, de exceção feita a alguns autores canônicos, de obras com pouca visibilidade, objeto de reflexão crítica modesta em termos quantitativos, principalmente se considerarmos que tal tradição atravessa alguns séculos.

É verdade que na França há estudos de conjunto até mesmo sobre um tipo de literatura bem específica do campo popular e do universo do trabalho, a *littérature prolétarienne*, cujos autores, autodidatas, pertenceram efetivamente ao proletariado – foram operários ou camponeses. Mas, como a classe social daqueles que a ela se dedicam, trata-se de uma produção literária marginal, esquecida, condenada ao desprezo, segundo um dos seus estudiosos, Michel Ragon.³ Quanto ao caso inglês, Martha Vicinus constatava que a chamada *working-class literature* era até aquela altura, 1974, uma literatura pouco estudada, e Ronald Paul reforçava esse diagnóstico, na década de 80, apesar de reconhecer os avanços da investigação crítica sobre o assunto.⁴ Como não acompanho a produção crítica atual e da década anterior sobre tal tradição literária, encerro por aqui estas referências brevíssimas aos casos francês e inglês.

Pensando especificamente na literatura brasileira, é preciso reconhecer que há estudos sobre escritores do século XIX e principalmente sobre os representantes do que ficou conhecido como o romance social de 30, em cujas obras há personagens e até protagonistas que têm de enfrentar a lida braçal. Porém, relativamente à ficção produzida nos dois últimos séculos, as questões que derivam do trabalho, da representação literária dos que trabalham, não foram objeto de nenhum tratamento

crítico, no Brasil, que buscasse uma visão de conjunto ou, em senda comparatista, que estabelecesse nexos estruturais, com foco naquelas questões, entre as obras de autores brasileiros e as de autores de outras literaturas.

Nessa linha de interesse crítico, tendo como objeto a literatura nacional, meu propósito é dar continuidade a um estudo que proporciona alguma visão de conjunto, a partir de certo recorte no tempo e da escolha de obras e autores, a meu ver, mais significativos. Este texto expõe passos preliminares, já dados e a dar, de um projeto de pesquisa sobre diferentes modalidades de trabalho (não apenas o trabalho braçal), para colocar na pauta questões a que se vincula o problema central do país, capaz de explicar quase todas as nossas dificuldades: a situação apartada dos pobres, a desigualdade social extrema. O ponto de partida é Machado de Assis, com sua visão aguda sobre nossa pesada herança histórica, juntamente com aquele que é por certo nosso principal romance naturalista, *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, contemporâneo de Machado. Venho desenvolvendo essa parte inicial do projeto, a qual prioriza, portanto, autores que se situam em momento de vigência da escravidão e de passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, quando as duas formas coexistem. A primeira metade do século XX constitui o limite final da pesquisa em sua primeira fase. O foco da investigação estará no romance social de 30 e 40, mas sobretudo no livro de Graciliano Ramos, *S. Bernardo*, por razões que serão expostas posteriormente. Um esforço central do estudo será a comparação, quanto ao tratamento de certas formas de trabalho e de enriquecimento, entre os referidos autores do século XIX e o livro de Graciliano, para tentar lançar luz sobre um possível sistema de posições de classe, cujos pontos comuns e diferenças estarão em causa à luz das mudanças históricas e dos modos como os escritores apreendem tais dinamismos. Após realizar o que proponho aqui, creio que terei matéria de estudo e lastro de reflexão para chegar a uma segunda fase da investigação, na qual possa ter como objeto de estudo autores da segunda metade do século XX e até obras da literatura brasileira contemporânea. Mas tal desdobramento será outro provável capítulo de minha pesquisa. Por ora fico apenas na primeira parte da proposta de investigação, que exponho mais detalhadamente a seguir.

Faço antes uma pequena consideração teórico-metodológica. Tem centralidade, para as leituras que proponho, a noção materialista da forma literária. Segundo a prática de Roberto Schwarz em vários textos, com exigência máxima e explicação com formulação precisa, o que está em jogo é a compreensão da forma como um princípio capaz de organizar tanto um universo artístico como aspectos da vida prática. Há uma forma social objetiva, ou seja, engendrada pelo processo social. Essa forma histórica é intuída pelo escritor, em algumas de suas determinações, as quais são convertidas em forças de estruturação literária. Assim, o estudo atento da forma artística elucida a obra e contribui para o conhecimento da forma social, captada e objetivada pelo trabalho estruturador do romancista. Para a crítica materialista é central a tentativa de compreender estruturalmente as articulações entre mundo estético e processos histórico-sociais. Quanto à crítica brasileira, estamos aqui no campo de afinidades de Antonio Candido e do já citado Roberto Schwarz, nossos principais mestres da crítica literária dialética, e no plano internacional, de críticos como Lukács, Goldmann, Adorno, Benjamin, entre outros. Particularmente os dois últimos são aqui referências teóricas destacadas. Na sua *Teoria estética*, nas suas *Notas de literatura* e nos ensaios sobre música, pode-se extrair toda a força da reflexão estético-social de Adorno. A capacidade de apreender na forma da obra de arte seu teor de verdade, sua substância social-histórica. No centro de interesse dessa tradição está a concepção de que a obra de arte “trabalha com matérias e configurações engendradas fora de seu terreno”, como em Walter Benjamin, “com sua acuidade para a importância do mecanismo de mercado para a compleição da poesia de Baudelaire”.⁵

Um bom ponto de partida para mim foi o debate, iniciado na minha tese de doutorado, a respeito do distanciamento entre literatura e mundo do trabalho no Brasil, de que aqui dou notícia de modo bem sumário. Trata-se de questão que já foi objeto de reflexão de dois dos principais escritores de nossa literatura. Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade assinalaram o problema, cada um no seu terreno literário principal. O primeiro fê-lo num texto de 1945, “O fator econômico no romance brasileiro”. Graciliano aponta a quase completa ausência do processo social de criação e reprodução da riqueza nos ro-

mances de autores brasileiros, como se ninguém tivesse que ganhar a vida ou a labuta da maioria que a ganha não tivesse importância, como se a base material da vida não fosse assunto adequado à literatura e devesse estar, por definição, fora da alçada do romancista, ou ensejasse uma ordem de problemas “impuros” demais para merecerem tratamento literário. É verdade que ele não registra uma exceção forte, já no século XIX, a esta tendência: justamente *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. O ponto de vista de Graciliano também deixa de fora o tratamento lúcido da realidade do trabalho dentro da estrutura social escravocrata que se verifica no outro objeto de meu estudo, a ficção de Machado de Assis, como, por exemplo, no retrato de D. Plácida de *Memórias póstumas de Brás Cubas* – aliás, no Brasil, até quase o final do século XIX, o trabalho “livre” não pode ser compreendido senão à luz da problemática posta pela existência do escravismo, como sabe o leitor atento da obra machadiana. De todo modo, creio que o diagnóstico, no atacado, tem fundamento, pelo menos até a década de 30 do século passado. E mesmo num romance como *Suor*, de Jorge Amado, um dos representantes do novo realismo social daquela década, não estão presentes os processos de trabalho propriamente ditos, como afirma o autor de *S. Bernardo* na continuação do artigo; em *Suor*, apenas vagamente sabemos que há personagens que trabalham (e eu acrescentaria, relativamente a esta falta, o romance *Os corumbas*, de Amando Fontes).⁶

Já o artigo de Carlos Drummond de Andrade, intitulado “Trabalhador e poesia”, dá notícia de uma antologia brasileira de poesia social que o poeta projetava publicar. Ao coligar os poemas que fariam parte da obra, Drummond assinala que há nessa poesia brasileira “de caráter ‘público’ (...) certa falta de familiaridade com os temas do trabalho, que por sua natureza são ricos e sugestivos”. No mais das vezes, os poetas cantam um “trabalhador indeterminado”, não por acaso tomando como modelo, em muitos exemplos, o ofício comumente tido “como expressão de energia e força criadora”: o de ferreiro. Assim, esse trabalhador que aí se representa, hipostasiado, dissolve-se na generalidade, na abstração, na simbologia fácil, na idealização inconsequente.⁷

Apesar dos limites apontados por Graciliano e Drummond, há um considerável campo a ser explorado na literatura brasileira pela inves-

tigação a respeito do tema do trabalho ou de formas históricas do trabalho no Brasil. Obras de Machado de Assis, de Aluísio Azevedo e do próprio Graciliano oferecem um precioso conjunto de problemas. É preciso não esquecer ainda a existência de uma prosa libertária, anarquista, no Brasil do início do século XX, a qual procurou firmar-se como um fator de militância intelectual em prol de ideais libertários, voltando-se para a dureza da condição operária, a denúncia da opressão na fábrica, a afirmação da resistência anarquista, a revolução proletária etc. Alguns estudos têm procurado caracterizar e aquilatar o significado da presença do proletariado industrial em formação no período em que teve vigência o que a historiografia literária brasileira denomina hoje de Pré-modernismo; como sabemos, uma denominação problemática. Para Francisco Foot Hardman, essa presença é decisiva, está na base “das tensões, contradições e mudanças vividas pela produção literária ‘pré-moderna’”. Creio que a consideração desse problema posto por Hardman é importante para a compreensão de parte da produção literária brasileira de toda a primeira metade do século XX, principalmente tendo em vista questões que estão no centro de interesse deste projeto.⁸

Um livro que me deu estímulo para desenvolver a pesquisa foi *Os pobres na literatura brasileira*, organizado por Roberto Schwarz. Na apresentação do livro, Schwarz formula a questão, que é comum aos textos ali reunidos, do seguinte modo: “Como se define e representa a pobreza nas letras brasileiras?”⁹ Além da pobreza, essa indagação pode ser feita para pensar o trabalho nas mesmas letras. Para pensar conjuntamente trabalho e pobreza. E, como veremos, em outro polo, para considerar também processos de acumulação de riqueza. São polos de reflexão que ganham densidade se devidamente articulados. Entretanto, naquela coletânea de ensaios notou-se que, na extensa galeria de vítimas da miséria, estavam quase ausentes os operários, o que dá a medida da rarefação do mundo do trabalho na literatura brasileira canônica, na qual tem muito maior visibilidade, como nota Zenir Campos Reis, “o mundo, vasto mundo da marginalidade social”.¹⁰

O estímulo decisivo, porém, derivou do programa de estudo comparativo, sugerido pelo mesmo crítico paulista numa entrevista, entre *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *O cortiço*, e *S. Bernardo*, que pusesse

em causa o trabalho muito duro, a faina desgarnecida de mérito intrínseco e seus resultados; comparação que tem de ter como pano de fundo a escravidão, ainda existente ou como marca histórica depreciativa.¹¹

No plano das leituras estimuladoras, com grande afinidade com os estudos literários citados, registro também a tradição brasileira de pensamento sobre a desqualificação histórica do trabalho no país. É preciso avaliar o peso que têm hoje, para a experiência contemporânea, as questões levantadas por tal reflexão. Refiro-me a autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, Emília Viotti da Costa e outros. Não há interesse, evidentemente, em ver na literatura apenas ilustração ou corroboração do que pensaram alguns de nossos maiores intelectuais. Meu propósito é entender como, tal qual a reflexão sobre o desmerecimento do trabalho, a ficção pode divisar o problema, destacar sua relevância e sugerir sua atualidade, mas com os meios que lhe são próprios. Portanto, como a ficção pode lançar outro olhar, luz própria sobre o problema.

Ficou dito que o problema do trabalho na ficção de Machado de Assis escapou à compreensão de Graciliano Ramos na crítica que fez aos romancistas brasileiros. Aliás, trata-se de um tema que não recebeu ainda maior atenção da crítica: os modos pelos quais o trabalho está representado na obra machadiana. É evidente que seria necessário, para que a discussão ganhasse substância, a especificação das formas diversas de trabalho e das diferentes esferas sociais em que se situam aqueles que trabalham. Não obstante o pequeno número de intervenções nesse debate, há algumas opiniões em jogo. Afrânio Coutinho afirmou a ausência de trabalho em Machado como consequência do “ódio à vida”, postura machadiana relevante na ótica do crítico.¹² Apesar de não corroborar a “negação rancorosa do mundo” em Machado, tampouco certa “espiritualização do trabalho” que sustenta o ponto de vista do ensaísta baiano, Sérgio Buarque de Holanda considera “justa” a opinião de Coutinho, afirmando que as personagens machadianas “vivem de expediente ou de proteção, ou da boa fortuna, e raras se sustentam pelo próprio esforço”.¹³ Com efeito, se pensarmos no conjunto da obra ficcional de Machado, nossa tendência será a de reconhecer as opiniões dos dois críticos como válidas, enquanto postulações gerais.

Entretanto, um exame mais detido, com foco na trajetória de alguns personagens dos romances e na situação nuclear de pelo menos dois de seus contos (“O caso da vara” e “Pai contra mãe”), pode facultar, sim, a percepção de que a questão do trabalho em Machado tem presença importante e escapou às observações críticas de cunho genérico como as referidas acima. Nesse pouco explorado terreno de reflexão, Raymundo Faoro assinala, por sua vez, que o enriquecimento das personagens machadianas é normalmente sinônimo de “pôr-se ao abrigo do trabalho”, pois proporciona a chance de desempenhar apenas “as serenas funções de capitalista”. Faoro anota que esse “horror ao trabalho” é compartilhado por herdeiros como Brás Cubas, Bentinho, Estácio, Rubião e outros; aversão que, em certo passo de *A mão e a luva*, é objeto de censura do narrador aparentemente convencido de que é válida a asserção edificante, à feição burguesa, segundo a qual a lida é penhor de legitimação da existência – ainda que tal asserção não esteja explicitamente enunciada. Em outra passagem de seu livro clássico sobre Machado, o estudioso gaúcho insiste no desprestígio do trabalho, ao qual prefere-se “a ocupação ligada à coisa pública, reservada ao estamento político”, que não exige efetivamente esforço. Em linha com as verificações anteriores, Faoro ainda acentua nas personagens machadianas “a sobrevivência de um estilo senhorial, a que repugna o contato do trabalho rotineiro, valorizando-se em ocupações mais altas, sobretudo na política”.¹⁴ Em suma, são observações que põem o acento na captação literária realista de um dado estrutural da sociedade brasileira à época do Segundo Império e dos primeiros anos da República, na qual era muito viva a nota infamante a respeito do trabalho que demandasse esforço real, em função da vigência ou da lembrança nítida da escravidão recentemente abolida. Sem prejuízo do acerto de tais observações, sobretudo quanto ao desmerecimento da lida, elas deixam de fora a consideração de outras implicações do problema. Penso que Roberto Schwarz oferece pistas substanciais a respeito de tais implicações. Para dar formulação própria ao referido plano de estudo proposto pelo crítico, digamos que em dois dos principais romances machadianos, *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, vemos que entre os personagens que pertencem à clas-

se proprietária o trabalho está, sem dúvida, quase ausente. Brás Cubas atravessa toda sua existência sem nunca precisar ganhá-la por esforço próprio, o que ele mesmo considera, famoso capítulo derradeiro do livro, o “Das negativas”, como “boa fortuna”. Bentinho trabalha muito pouco apesar de estabelecido como advogado, pois o que lhe garante mesmo é a propriedade. Mas há também aqueles que conseguem enriquecer por força de muito trabalho, como o cunhado Cotrim das *Memórias* e Cristiano Palha, personagem pertencente a outro grande romance, *Quincas Borba* (e neste aspecto a posição de Schwarz é inteiramente diversa da de Faoro). É verdade que a noção de trabalho aqui está rebaixada na medida em que, na trajetória de tais figuras, é inseparável de negociatas e contrabando de escravos (Cotrim) e da especulação e ludíbrio de incautos (Palha). Trata-se de esforços e formas de enriquecimento que ganham relevo se compreendidos criticamente no conjunto que formam e que talvez possam ser comparados com processos de acumulação de riquezas que são centrais n’*O cortiço* e em *S. Bernardo*, explicitadas as diferenças dos contextos.

Acrescente-se que, no universo machadiano, Dona Plácida talvez seja a principal representante daqueles para os quais a dura vida, a que têm de se submeter, longe de ser um fator de enriquecimento, pode apenas manter uma existência de privações. O destino da personagem está marcado pelo esforço inteiramente destituído de sentido, o qual diz muito sobre certa forma histórica do trabalho vigente na sociedade brasileira escravista; forma desconectada da valorização burguesa do trabalho. Roberto Schwarz demonstrou muito bem o intento escarninho complexo do narrador, que é um representante da classe proprietária, ao apreciar os infortúnios de Dona Plácida, no momento em que imagina o que diriam os pais da humilde mulher se ela lhes perguntasse para que a trouxeram ao mundo. Nessa passagem do romance a complexidade do autodesmascaramento de classe reside no fato de o narrador mobilizar sutilmente um arsenal de idéias modernas prestigiosas, linguagem fatalista, diferentes formas literárias e estilos artísticos para afirmar a funcionalidade da pobreza, na medida em que esta lhe é favorável, bem como fazer praça de sua superioridade social. O arranjo especioso, urdido com maestria, aviva o caráter inaceitável de tais posições.¹⁵

Complementarmente à leitura de Schwarz, uma hipótese de trabalho interessante é a de caracterizar melhor a margem de manobra de dependentes como Dona Plácida relativamente ao poder dos proprietários, de que o romance talvez dê algumas indicações. Trata-se de verificar se é de fato pertinente aplicar a essa personagem, como faz Sidney Chalhoub, o que este mesmo historiador chamou de “diálogos políticos”, ou seja, a capacidade dos dominados de “perseguir objetivos próprios por dentro da ideologia senhorial”.¹⁶

Como ficou sugerido, “O caso da vara” é um dos contos em que o trabalho aparece como questão nuclear, ainda que aparentemente – por ser esforço humilde de “crias” – esteja em segundo plano. Ainda mais do que no exemplo da D. Plácida, temos aqui o esforço humilde: o trabalho duro de meninas ou, para usar a palavra com que são designadas no conto, “crias”. Trata-se, na verdade, de experiência de trabalho escravo, pois a palavra escravidão “não é forte demais”, como bem disse John Gledson, para caracterizar as relações entre Sinhá Rita e as meninas de sua “escola”.¹⁷ Portanto, o conto dá oportunidade para pensar o problema do trabalho, em uma de suas formas específicas, na literatura de Machado de Assis. E o desfecho de “O caso da vara” talvez permita dizer que o principal alvo de Machado de Assis aqui, no fim das contas, entre as questões diante das quais a narrativa se situa, é o de fazer pensar sobre certo problema histórico-social: o da experiência do trabalho imposta a crianças na sociedade escravocrata, insinuando possivelmente aos seus contemporâneos na década de 1890 as consequências de tal experiência num país que não fizera ou sequer iniciara (e ainda não fez) as reformas sociais necessárias para a efetiva integração dos negros, ex-escravos e seus descendentes.¹⁸

Quanto ao romance de Aluísio Azevedo, a ação se passa quase inteiramente dentro de certo meio social muito precário, do qual os habitantes têm pouquíssimas chances de escapar. Nesse sentido, Silviano Santiago anotou que *O cortiço* é o nosso romance que ilustra melhor o imobilismo social no século XIX.¹⁹ Acrescento que uma das grandezas do livro é o contraste entre o imobilismo da grande maioria e a ascensão daquele que pode, na condição de proprietário da habitação miserável, pôr em movimento a engrenagem da acumulação do capital.

“De cortiço a cortiço”, de Antonio Candido, é ensaio no qual o crítico faz análise incontornável da obra do naturalista maranhense. Porque Candido elege como elemento mediador decisivo para a compreensão do romance a categoria do trabalho e por ser a matéria do livro o modo de vida degradado do trabalhador pobre, *O cortiço*, nessa leitura, segundo a sugestão provocadora do sociólogo Francisco de Oliveira, está no campo de afinidades de *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, o clássico de Engels, sem prejuízo, acrescento, da ausência completa de parentesco ideológico entre nosso Aluísio e o filho de dono de fábrica, amigo do peito de Marx.²⁰

Se “o padrão de enriquecimento mostrado pelo Machado é do maior interesse”,²¹ a comparação com *O cortiço* pode ser realmente produtiva, pois, como Candido indica, o autor maranhense é o primeiro dos nossos romancistas a construir entrecho no qual se expõe minuciosamente o processo de formação da riqueza individual, que se viabiliza por uma “exploração direta e predatória do trabalho muscular” e, dentro da figuração alegórica da narrativa, sinaliza parte do processo de acumulação capitalista no Brasil, uma espécie de, segundo expressão do crítico, “acumulação semiprimitiva do capital”, da qual faz parte até mesmo o roubo puro e simples. Assim, é central na narrativa a formação da riqueza, a qual se torna pela primeira vez entre nós eixo da composição ficcional.²²

Parece-me plenamente sustentável a sugestão de que o cortiço pode ser tomado como alegoria do Brasil, com a mistura de raças, as formas de trabalho marcadas pela escravidão, a forte presença da natureza, a proximidade do capitalista estrangeiro ultra-explorador. E a análise do personagem central, João Romão, do modo e do ritmo de execução de seu projeto de enriquecimento permitiu ao crítico caracterizar uma modalidade de trabalho peculiar, brutal e animalizada, representativa da transição do trabalho escravo ao trabalho livre nas condições brasileiras.

Embora haja uma óbvia diferença entre os espaços sociais em que Machado de Assis e Aluísio Azevedo situam o entrecho de seus romances, o momento histórico é o mesmo quanto aos problemas que serão priorizados pela investigação: o da escravidão e transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Penso, portanto, que a densidade dos proble-

mas na obra dos dois autores, expostos aqui de modo sumário, pode proporcionar bons resultados a um estudo comparativo.

Se a crítica que faz Graciliano é, em parte, insuficiente por deixar de considerar obras centrais da literatura nacional oitocentista que lhe escapam do diagnóstico, é preciso reconhecer que o grande escritor alagoano procura suprir, em sua própria ficção, as lacunas por ele apontadas nos romances brasileiros. Sobretudo *S. Bernardo* dá relevo, como sublinha Franklin de Oliveira, “à luta pela subsistência, o problema do trabalho, das relações de trabalho”. O mesmo crítico, ao sugerir que a frustração de alguns personagens de Graciliano tem de ser compreendida relativamente a certas circunstâncias materiais que se explicitam, faz uma afirmação que merece ser posta à prova pela apreciação crítica da obra: “Em Graciliano, a frustração tem base econômica”.²³ Quanto a Paulo Honório, ele passa de trabalhador alugado a proprietário e utiliza a propriedade para maximizar seu poder. Sua trajetória ascendente faz da violência e da intimidação recursos indispensáveis. A centralidade do personagem estampa um modo de agir que leva tudo de roldão para chegar a seus objetivos. Ele é o agente empreendedor, empenhado em levar adiante um projeto desenvolvimentista. Entretanto, as contradições do processo de modernização capitalista no Brasil estão bem à mostra na trajetória de Honório, pois nela são inextricáveis força modernizadora e hábitos senhoriais. Sua ação encarna avanços consideráveis, mas se mantém vinculado ao padrão oligárquico antigo, à atitude senhorial. Sem reduzir o personagem à significação alegórica, digamos que ele é emblema da face brutal, com suas especificidades, do progresso brasileiro. Embora seja menos bárbara do que o enriquecimento de João Romão d’*O cortiço*, que se dá ainda num período de vigência da escravidão, a ascensão de Honório decorre de sua determinação obsessiva, do trabalho muito duro e da capacidade de deixar vítimas pelo caminho, três fatores que aproximam as trajetórias dos dois personagens. De modo bem mais discreto, esse perfil não é estranho a personagens de Machado de Assis que enriquecem.

Em suma, os interesses centrais de uma proposta de estudo como esta, que parte da comparação de três romancistas brasileiros de um ponto de vista de esquerda e tem curso histórico considerável na medi-

da em que abarca parte do século XIX e do XX, podem ser resumidos como: caracterizar e estudar modos de representação do trabalho na literatura brasileira; tentar compreender como a literatura se situa relativamente aos processos de acumulação do capital e às contradições que pululam no curso da modernização do país.

Notas

¹ Bihl, 1998, p. 9.

² Entre os que se têm dedicado a pensar sobre o assunto, estão alguns intelectuais de ponta que abrem fogo contra o trabalho ou questionam sua posição de relevo. Dominique Méda, por exemplo, fala do trabalho como “um valor em vias de desaparecimento”. Vale ainda referir o ponto de vista mais à esquerda e afinado com a crítica anticapitalista do Grupo Krisis, composto por pensadores alemães. O grupo que redigiu um “Manifesto contra o trabalho”. Por outro lado, um estudioso como Ricardo Antunes tem recusado a tese do fim do trabalho, acentuando que as mutações que se impõem à classe trabalhadora no contexto da “reestruturação produtiva do capital” deveriam constituir o problema nuclear a ser discutido: em lugar do proletariado fabril estável, o aumento explosivo do “subproletariado” terceirizado, *part-time*, precariamente contratado. Meu interesse pelo assunto foi muito alimentado por esse debate, cujo estudo não está diretamente nos objetivos de minha investigação, mas é fundamental para pensar a atualidade de problemas que interessam ao projeto. Este registro visa a assinalar a forte presença do tema no debate contemporâneo. Os autores citados constam das referências bibliográficas.

³ Ragon, 1974, p. 9-26.

⁴ Vicinus, 1974, p. 1; Paul, 1982, p. 8.

⁵ Schwarz, 1999, p. 28.

⁶ Garbuglio et al., 1987, p. 124-27.

⁷ Andrade, 1975, p. 54-59.

⁸ Hardman, 1984, p. 115-16. Recentemente saiu nova edição revista e ampliada do livro, pela editora da UNESP.

⁹ Schwarz, 1983, p. 7.

¹⁰ Reis, 2000, p. 42.

¹¹ Favero et al., 2000, p. 58.

¹² Coutinho, 1959, p. 116-17.

¹³ Holanda, 1996, p. 317.

¹⁴ Faoro, 2001, p. 28-29, 231-32, 248. A observação sobre o narrador de *A mão e a luva* também é de Faoro.

¹⁵ Schwarz, 1990, p. 102-05. Fiz um resumo das análises penetrantes de Schwarz.

¹⁶ Chalhoub, 1998, p. 120. Além de Dona Plácida, Chalhoub estuda a trajetória de Helena, Luís Garcia e Capitu com o objetivo de demonstrar que a situação de dependência de tais personagens não impede sua relativa autonomia no interior da política de dominação paternalista. Não obstante as convergências decisivas, o ponto de vista deste historiador diverge do de Roberto Schwarz sobretudo quanto ao conceito de paternalismo. Para Chalhoub, Schwarz não considera tal conceito em toda a sua complexidade histórica, de acordo com as pesquisas mais recentes no âmbito da história social. No seu último livro Chalhoub amplia a análise de Helena e se detém de modo mais pormenorizado sobre essas questões. Ver Chalhoub, 2003.

¹⁷ Gledson, 1998, p. 52-53.

¹⁸ O parágrafo que se encerra com a indicação desta nota e quase a totalidade dos dois parágrafos anteriores foram retirados de meu texto “Uma menina: trabalho e infância inexistente no conto machadiano ‘O caso da vara’”, apresentado no I Seminário Literatura e sociedade da Faculdade de Letras da UFRJ e publicado em BUENO, 2006, p. 152-71.

¹⁹ Santiago, 1982, p. 106.

²⁰ Oliveira, 2002, p. 191.

²¹ Ver a entrevista concedida por Roberto Schwarz, citada na nota 11. O trecho citado foi retirado de uma resposta do crítico, à p. 58.

²² Candido, 1993, p. 123-52.

²³ A afirmação de Oliveira foi feita em debate sobre Graciliano Ramos. In: Garbuglio et al., p. 427.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

_____. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, s.d.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Passeios na ilha*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Campinas: Cortes; Editora da Unicamp, 1998.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962. 3v.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

- CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COUTINHO, Afrânio. *A filosofia de Machado de Assis e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FAVERO, Afonso; PASCHOA, Airton; MARIUTTI, Francisco e FALLEIROS, Marcos. Tira-dúvidas com Roberto Schwarz. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 58, p. 53-71, 2000.
- GARBUGLIO, José Carlos; BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentim (Org.). *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária, 1920-1947/1948-1959*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAIA, João Roberto. Uma menina: trabalho e infância inexistente no conto machadiano “O caso da vara”. In: BUENO, André (Org.). *Literatura e sociedade: narrativa, poesia, cinema, teatro e canção popular*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 152-71.
- MÉDA, Dominique. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris: Aubier, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. Duas resenhas de Antonio Candido. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 64, p. 189-95, nov. 2002.
- RAGON, Michel. *Histoire de la littérature prolétarienne en France*. Paris: Editions Albin Michel, 1974.
- RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- REIS, Zenir Campos. O mundo do trabalho e seus avessos: a questão literária. In: BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 42-57.
- SANTIAGO, Silviano. Liderança e hierarquia em Alencar. In: _____. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 89-116.
- SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Ao vencedor as batatas*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo – Machado de Assis*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- VICINUS, Martha. *The industrial muse: A study of nineteenth century British working-class literature*. London: Croom Helm, 1974.

Resumo

Exposição de um projeto de pesquisa cujo interesse é o de caracterizar e estudar modos de representação do trabalho na literatura brasileira, do século XIX à primeira metade do século XX, período de vigência sucessiva de trabalho escravo, transição do escravismo para o trabalho livre, fim da escravidão e predominância do trabalho livre. Quanto a obras e autores específicos priorizados, trata-se de um programa de estudo comparativo entre romances de Machado de Assis, principalmente *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, e *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos, tendo com o eixo a reflexão sobre o tema do trabalho ou sobre certas modalidades históricas do trabalho no Brasil.

Palavras-chave

Literatura brasileira; trabalho; escravidão; Brasil.

Recebido para publicação em
15/07/2009

Abstract

Exhibition of a research project whose interest is to both characterize and study ways of work representation in Brazilian literature from the 19th century until the first half of the 20th. This period was marked by the successive establishment of slavery, transition of slavery to free work, end of slavery and predominance of free labour. As for the specific prioritized masterpieces and authors, it is a comparative study programme of novels by Machado de Assis, mainly *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *O cortiço* by Aluísio Azevedo e *S. Bernardo* by Graciliano Ramos, which have as focus the reflection upon either the work theme or on certain historical work modalities in Brazil.

Key words

Brazilian literature; work; slavery; Brazil

Aceito em
20/09/2009